



Contribuições de Paulo Freire e Muniz Sodré ao enfrentamento das guerras culturais: uma análise da pauta indígena na Agência Brasil 2015-2023

Contributions of Paulo Freire and Muniz Sodré to the cultural wars' confrontation: an analysis of the indigenous agenda at Agência Brasil 2015-2023

Akemi Nitahara Souza ^{a,*} 

Adilson Vaz Cabral Filho ^a 

RESUMO: Utilizando conceitos das teorias de cotidiano e de mediação, trabalharemos no artigo com autores como Agnes Heller (suspensão do cotidiano), Michel de Certeau (tática e estratégia), Patrícia Saldanha (mediação latina), Jairo Ferreira (mediação como construção social e desconstrução do real) e Jesús Martín-Barbero (mediação) para dialogar com a mediação trazida por Paulo Freire e a mediação da qual fala Muniz Sodré. O objetivo é colocar essas teorias em diálogo com a prática da comunicação pública no Brasil. Traremos como exemplo as táticas de resistência dos trabalhadores da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em conjunto com a sociedade civil, para manter a comunicação pública ativa, mesmo sob forte censura e vigilância durante os governos Michel Temer e Jair Bolsonaro. Como exemplo prático, será feita uma análise amostral da pauta indígena na Agência Brasil, com a cobertura dos Jogos Mundiais Indígenas de 2015, o apagamento nos anos subsequentes e a cobertura da crise humanitária Yanomami em Roraima no começo de 2023. Ambas coberturas de relevância que demonstram a importância da comunicação pública para contrapor discursos hegemônicos de apagamento cultural vivido pelos povos indígenas.

Palavras-chave: Mediação; Comunicação Pública; Agência Brasil; Guerras Culturais; Questão Indígena.

ABSTRACT: Using concepts from theories of everyday life and mediatization, we will work in these article with authors such as Agnes Heller (suspension of everyday life), Michel de Certeau (tactics and strategy), Patrícia Saldanha (Latin mediatization), Jairo Ferreira (mediatization as a social construction and deconstruction of the real) and Jesús Martín-Barbero (mediation) to dialogue with the mediatization brought by Paulo Freire and the mediatization of which Muniz Sodré speaks. The objective is to put these theories in dialogue with the practice of public communication in Brazil. We will bring as an example the resistance tactics of the workers of Empresa Brasil de Comunicação (EBC), together with civil society, to keep public communication active, even under strong censorship and surveillance during the governments of Michel Temer and Jair Bolsonaro. As a practical example, a sample analysis will be made of the indigenous agenda at Agência Brasil, with coverage of the 2015 World Indigenous Games, the erasure in subsequent years and coverage of the Yanomami humanitarian crisis in Roraima in early 2023. Both relevant coverages demonstrate the importance of public communication to counter hegemonic discourses of cultural erasure experienced by indigenous peoples.

Keywords: Mediatization; Public Communication; Agência Brasil; Cultural Wars; Indigenous Issue.

^a Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

* Correspondência para/Correspondence to: Akemi Nitahara Souza. E-mail: anitahara@id.uff.br.

Recebido em/Received: 28/08/2023; Aprovado em/Approved: 21/11/2023.

Artigo publicado em acesso aberto sob licença [CC BY 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) 

INTRODUÇÃO

Diante da alienação característica do cotidiano, que existe de forma independente da consciência e da própria existência de cada pessoa, intensificada pela mediação (Ferreira 2022), trabalharemos como a comunicação pública pode contribuir para a suspensão da cotidianidade (Heller 2021). Bem como o campo da comunicação pública pode incorporar os conceitos de mediação (Freire 2019) e mediação (Sodré 2002) para colocar em prática a missão de fomentar o pensamento crítico na sociedade.

Dessa forma, buscaremos entender como inserir a comunicação pública na forma organizativa da cotidianidade dentro do atual sistema financeirizado de produção, circulação e consumo comunicacional, entendendo a mediação como dimensão estrutural de longo prazo, com uma importância intensa e transformadora da mídia na cultura e na sociedade (Hjarvard 2015, p.53). Bem como a comunicação pública, produzida, no caso do Brasil, pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), uma empresa estatal, pode se inserir e aproveitar melhor esse processo de mediação para aumentar sua relevância, incidindo diretamente sobre o processo cotidiano.

Como exemplo, traremos a cobertura da pauta indígena pela EBC, com levantamento amostral de reportagens e fotografias publicadas na Agência Brasil em duas situações: os I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, em 2015, e a crise humanitária do povo Yanomami em Roraima, em 2023. Como veremos, a abordagem do tema traz à luz da sociedade temas invisibilizados pela mídia hegemônica, de forma que contribui para ampliar na sociedade visões diferentes sobre o tema.

COTIDIANO

Ao discorrer sobre cotidiano e história, Agnes Heller (2021) afirma que o homem nasce já inserido em sua cotidianidade (p.37) e que ele é a substância da sociedade e da história, por ser o homem o portador da objetividade social e o responsável pela construção e transmissão das estruturas sociais (p.14). Apesar dessa inserção automática no cotidiano, para a autora não há determinismo nesse fato, já que sempre é possível fazer escolhas, sob as condições dadas.

As alternativas históricas são sempre reais: sempre é possível decidir, em face delas, de um modo diverso daquele que realmente se decide. Não era obrigatório que o desenvolvimento social tomasse a forma que tomou; simplesmente foi possível que surgisse essa configuração (ou outra) (Heller 2021, p.32).

Apesar de destacar que a espontaneidade é uma característica da vida cotidiana (p.52), Heller ressalta que a imitação é outro fator importante.

Não há vida cotidiana sem imitação. Na assimilação do sistema consuetudinário, jamais procedemos meramente “segundo preceitos”, mas imitando os outros; sem mimese, nem o trabalho nem o intercâmbio seriam possíveis. Como sempre, o problema

reside em saber se somos capazes de produzir um campo de liberdade individual de movimentos no interior da mimese, ou, em caso extremo, de deixar de lado completamente os costumes miméticos e configurar novas atitudes (Heller 2021, p.61).

Na cotidianidade alienada, sem reflexão, a espontaneidade e a imitação predominam. Mas é preciso deixar de lado esses fatores para se superar a condição de humano-ordinário, aquele que executa seus afazeres sociais de acordo com a realidade historicamente dada, para alcançar a consciência da atividade humano-genérica, definida por ela como a atividade do ser humano que trabalhe pelo coletivo, como representante do gênero humano, e promova as micro mudanças no cotidiano que garantem a evolução da espécie socialmente.

Levando-se em conta, portanto, que a midiatização da vida atual está inserida na alienação, bem como a mudança social só ocorre quando o homem ordinário consegue suspender o cotidiano, ou seja, refletir sobre ele, como a comunicação pública pode contribuir para a suspensão do cotidiano que faz do homem-ordinário um humano-genérico, ou seja, que age pelo coletivo?

Uma das missões da comunicação pública é fomentar o pensamento crítico. Como a história é a substância da sociedade e, em termos de comunicação, há historicamente no Brasil o enraizamento das mídias comerciais, a realidade da comunicação pública no país é desafiadora. Mas nem por isso inconcebível de ser praticada, como busca-se demonstrar pela atuação de um grupo de trabalhadores e trabalhadoras da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), com aliados da sociedade civil, organizados na Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, depois do golpe de 2016, que retirou a presidenta Dilma Rousseff do poder e desmontou a comunicação pública do país.

MEDIAÇÃO

Para tratar de midiatização e comunicação pública, vamos retomar Jürgen Habermas e sua *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (2014), livro de 1962. Levando-se em conta a sociedade burguesa a qual ele se referia, a “esfera pública”, derivada da ágora ateniense, era uma rede de cidadãos letrados, aptos a debater determinados assuntos e exercer influência política, estabelecida a partir do século XVIII em salões e cafés, com “mediação da imprensa”, uma evolução dos clubes literários onde se passa a discutir questões políticas.

O processo no qual a esfera pública regulamentada pela autoridade é apropriada pelo público de pessoas privadas que discute mediante razões, e é estabelecida como uma esfera de crítica ao poder público, realiza-se como uma reformulação no funcionamento da esfera pública literária, já dotada com as instituições do público e com as plataformas de discussões. Mediado pela esfera pública literária, o contexto de experiências da privacidade voltadas para o público acaba sendo introduzido também na esfera política (Habermas 2014, p.176).

Passamos, então, à mediação definida por Jesús Martín-Barbero, que discutiu, nos anos 1980, a teoria da dependência sul-norte, que inclui a dependência intelectual e, dessa forma, tem impacto determinante nas mediações comunicacionais. Em entrevista de 2009, o autor resgata sua contribuição:

As pessoas que começavam a perceber que a tecnologia não era um simples fato material, mas que também passava a ter dimensões simbólicas, que toda aquela concepção instrumental dos meios não era suficiente, que os meios não eram mero instrumento, que a tecnologia não era apenas uma máquina, e que os processos internacionais faziam pensar em dimensões que não cabiam nas dimensões locais (Martín-Barbero 2009).

No início dos anos 1980, a tecnologia se tratava de satélites, antenas parabólicas e o início da eletrônica, mas, na atualidade, apesar das mudanças radicais em termos de dispositivos técnicos, a estratégia instrumental do mercado se mantém. Martín-Barbero destaca, que, por outro lado, a mediação tecnológica proporciona a inserção cultural do receptor, que passa também a interagir nesse ambiente midiático e a perceber as potencialidades do processo.

Na perspectiva latina de mediação, Saldanha (2022) nos lembra da evolução do processo fortalecida pela lógica do capital, “onde as mediações foram sendo substituídas por práticas de mediação patrocinadas pelas novas modalidades comunicativas que, passo a passo foram reduzidas às operações relacionais orquestradas pela mídia e custeadas pelo mercado transnacional” (Saldanha 2022, p.91). Nessa análise, a mediação das relações sociais feita pelos meios de comunicação “evolui” para a mediação da vida cotidiana como um todo, controlada pelo capital.

MEDIATIZAÇÃO

Dessa forma, destacamos a necessidade da intencionalidade crítica nessa interação para que a cotidianidade seja suspensa. Em Paulo Freire, temos alguns princípios que contribuem para esse fim, como o humanismo cívico na fertilização de culturas da emancipação contra o domínio colonial, o patriarcado, a escravidão e o racismo. Definindo o humanismo em Freire como a “crença em que, fazendo e refazendo as coisas e transformando o mundo, os homens podem superar a situação em que estão sendo um quase não ser e passar a ser um estar sendo em busca do ser mais” (Freire 2021, p.97). É, através da educação crítica, passar do viver apenas para o viver consciente da própria condição, em busca de ser mais do que apenas um oprimido no sistema capitalista.

Na sua obra-prima, Pedagogia do Oprimido (Freire 2019), lançada no Chile em 1968 e no Brasil apenas em 1974, Freire ensina que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, **mediatizados** pelo mundo” (Freire 2019, destaque nosso). Ou seja, o aprendizado é alcançado pela interação entre as pessoas, em uma relação humanizante, com o objetivo de “reencontrar-se como sujeito e liberar-se” (Freire 2019), dentro da prática em busca da liberdade da opressão.

Mas ninguém se conscientiza separadamente dos demais. A consciência se constitui como consciência do mundo. Se cada consciência tivesse o seu mundo, as consciências se desencontrariam em mundos diferentes e separados — seriam mônadas incomunicáveis (Freire 2019).

Assim, Freire coloca que o mundo é o meio comum no qual as pessoas se encontram e encontram a consciência coletiva. Em contraponto, a época atual parece ser uma em que as consciências se desencontraram em mundos diferentes, dada a polarização social e política vivida por grupos antagônicos, no Brasil inclusive.

Lima (2021) destaca que *Pedagogia do Oprimido* não é um livro de pedagogia, mas sim um projeto utópico revolucionário e civilizatório de libertação humana, contra toda forma de exclusão e desumanização. Ele trata da “cultura do silêncio”, na qual se nega a escuta, e a falácia da liberdade de expressão, sem pluralidade de vozes da sociedade no espaço público. De forma que não há como formar uma opinião pública democrática com tantos oprimidos e excluídos dos sistemas de comunicação. Para Freire, o oprimido jamais é somente um oprimido, mas também um criador de cultura e sujeito histórico (Lima 2021, p.43).

O autor destaca também as conexões do pensamento de Freire com Franz Fanon. Ambos falam da “elevação do pensamento” - ou conscientização - dos oprimidos para chegar a uma autorreflexão e se tornar responsável pelo próprio destino (Lima 2021, p.55), sem possibilidade de diálogo entre os antagônicos nem de conciliação de classes, no máximo pactos momentâneos que logo enfrentam conflitos novamente.

Quando trata do papel do homem radical no processo de radicalização nas sociedades em transição para a democracia, Paulo Freire afirma que este “tem o dever, por uma questão mesmo de amor, de reagir a violência dos que lhe pretendam impor o silêncio” (Freire 2022, p.69).

Enxergamos aqui tanto a suspensão da cotidianidade da qual fala Agnes Heller (2021), resumida na conscientização do oprimido, como as táticas e estratégias descritas por Michel de Certeau (2004), com os pactos momentâneos. Trazemos uma citação de Freire em *Pedagogia da Autonomia* (2011), que corrobora com a teoria do cotidiano de Heller, já introduzindo a influência da comunicação que trataremos a seguir.

O poder dominante leva mais uma vantagem sobre nós. É que, para enfrentar o artilheiro ideológico de que se acha envolvida a sua mensagem na mídia, seja nos noticiários, nos comentários aos acontecimentos ou na linha de certos programas, para não falar na propaganda comercial, nossa mente ou nossa curiosidade teria de funcionar epistemologicamente todo o tempo. E isso não é fácil. Mas, se não é fácil estar permanentemente em estado de alerta, é possível saber que, não sendo um demônio que nos espreita para nos esmagar, o televisor diante do qual nos achamos não é tampouco um instrumento que nos salva. (Freire 2011)

Em Freire (2019), liberdade, consciência, comunicação, educação e cultura são conceitos intimamente associados e tem um sentido coletivo. Em *Pedagogia do*

Oprimido, ele destaca que “homens como seres não podem ser fora da comunicação, pois que são comunicação. Obstaculizar a comunicação é transformá-los em quase ‘coisa’” (Freire 2019).

Segundo Lima (2021), Paulo Freire define comunicação como “a situação social em que as pessoas criam conhecimento *juntas*, transformando e humanizando o mundo. A comunicação é uma interação entre Sujeitos, iguais e criativos. E essa interação deve necessariamente estar fundada no *diálogo*” (Lima 2021, p.81). Além disso, Lima ressalta que, em Freire, “a verdadeira comunicação será sempre uma comunicação libertadora” (p.84). Porém, Lima destaca também colocações de Freire sobre a ideologia inerente em meios de comunicação como a televisão, que é eminentemente política.

A TV é um extraordinário meio de comunicação, mas é preciso que ensinemos, que aprendamos a vê-la com criticidade. (...) O fundamental é lutar para que este meio seja mais ético, que esteja mais a serviço dos explorados, dos dominados e para isso temos que mudar a própria sociedade e ao mudar a sociedade a questão ética e política que se propõe é não perpetuar neste meio de comunicação o gosto pela preservação, pelo *status quo*. Ou seja, em uma sociedade diferente, colocar este meio a serviço de torná-lo diferente: mais vivo e mais criativo (Freire 2008, *apud* Lima 2021, p.87).

Aqui entra o papel da comunicação pública. No Brasil, o sistema público está previsto no artigo 223 da Constituição Federal e a tentativa de regulamentação da parte pública, complementar aos sistemas comercial e estatal, ocorreu por meio da lei nº 11.652/2008, que cria a EBC e “Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta”, determina, em seu artigo 2º, entre os princípios a serem observados:

- I - complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal;
- II - promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo;
- III - produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas;
- IV - promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente;
- V - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família;
- VI - não discriminação religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual; (...) (Brasil 2008, Art. 2º)

Conforme Nitahara e Luz (2021a), a criação da EBC se deu após discussão com a sociedade civil e a realização, em 2007, do I Fórum Nacional de TVs Públicas. Temos, portanto, a obrigação legal para a EBC colocar em prática alguns preceitos de Paulo Freire, como ser um meio diferente do visto na mídia hegemônica; a serviço dos explorados, ao promover o acesso à informação com pluralidade de fontes, ter finalidades educativa e artística, promover a cultura nacional e a produção independente; não preservação do *status quo*, por meio da não discriminação religiosa, política, de gênero e racial, em um país marcado pela intolerância religiosa e pelo machismo e racismo estruturais; com respeito aos valores éticos da sociedade em sua

diversidade. Em outras palavras, ser instrumento para enfrentar as guerras culturais da mídia comercial conservadora diante de pautas progressistas.

Hunter (2022) reafirma a atualidade do conceito de guerra cultural, apesar das implicações de ressonância e polarização que o termo gerou.

Ele explica, entre outras coisas, de que forma nosso discurso público se torna desagregado (e, portanto, maior e independente) das vozes individuais que lhe dão expressão. Dessa forma, isso explica como nosso discurso público se torna mais polarizado do que os norte-americanos como povo (Hunter 2022, p.39).

O autor detalha também a disparidade de forças implicada nas guerras culturais.

(...) quando há uma guerra real, a cultura é a parte central da própria guerra. É assim porque a cultura fornece os termos pelos quais as coletividades buscam sua própria sobrevivência e a aniquilação do outro. As oposições são totalizadas e militarizadas (Hunter 2022, p.39).

O debate se aplica também ao Brasil, como veremos na cobertura da questão indígena analisada adiante.

MIDIATIZAÇÃO

Partindo da mediação pela imprensa e da mediatização pelo mundo, derivamos para a midiatização que tratamos no presente trabalho. Como colocado por Muniz Sodré (2014), o processo de midiatização avança com o desenvolvimento tecnológico, que acaba por modificar as relações sociais e de produção.

Instalada como um mundo de sistemas interligados de produção, circulação e consumo, a nova ordem sociotécnica fixa-se no ponto histórico do aqui e agora, não como índice de um novo modo de produção econômico, mas como a continuidade, com dominância financeira e tecnológica, da mercantilização iniciada pelo capitalismo no início da Modernidade ocidental. No necessário rearranjo de pessoas e coisas, a comunicação revela-se como principal forma organizativa (Sodré 2014, p.14).

Voltando alguns anos, Sodré (2002) define midiatização na virada do milênio no qual a comunicação passa de centralizada, vertical e unidirecional - a comunicação de massa - para a interatividade e o “multimídia” proporcionados, principalmente, pela ampla disseminação da Internet. Coincidindo com a aceleração da expansão do capital para o sistema produtivo transnacional - a “sociedade da informação” -, com o nomadismo da “Internet móvel”. Tal como atesta Sodré (2002, p.15), “no campo da mídia, a tônica do discurso social passa da televisão em circuito aberto para as telecomunicações por toda a parte”. Mas daí decorre o “infocontrole” ou a “datavigilância” exercida pelo poder vigente, com as possibilidades do *tempo real* e do *espaço virtual* potencializados. Previsão feita em 2002, antes mesmo da disseminação dos aplicativos de localização nos smartphones.

Assim, vemos a mudança da natureza do espaço público, que deixa de se basear na imprensa. “Agora, formas tradicionais de representação da realidade e novíssimas (o virtual, o espaço simulativo ou telereal da hipermídia) interagem, expandindo a dimensão tecnocultural, onde se constituem e se movimentam novos sujeitos sociais” (Sodré 2002, p.19). É o que Sodré chama de “comunicação generalizada”, que funciona “a reboque do Estado, das grandes organizações comerciais e industriais, dos partidos políticos” (Idem). A informação permeia as relações intersubjetivas nas clássicas estruturas socioculturais. Ou seja, a rede tecnológica confunde-se com o processo comunicacional e a sociedade passa a ser regida pela *mediatização*,

quer dizer, pela tendência à “virtualização” ou telerealização das relações humanas, presente na articulação do múltiplo funcionamento institucional e de determinadas pautas individuais de conduta com as tecnologias de comunicação. A estas se deve a multiplicação das tecnointerações setoriais (Sodré 2002, p.21).

Sodré diferencia *mediatização* de *mediação* pela “ação de fazer ponte ou fazer comunicarem-se duas partes” (Sodré 2002, p.21), citando como *instituições mediadoras* a família, a escola, os sindicatos e os partidos, que mobilizam a consciência individual e coletiva. Já a *mediatização* se encontra na ordem das mediações da comunicação entendida como processo informacional, “a reboque de organizações empresariais e com ênfase num tipo particular de interação - a que poderíamos chamar de “tecnointeração” (Idem), caracterizada pelo uso de um meio tecnológico e mercadológico.

Com isso, o processo de comunicação se submete ao regime estrutural do valor, ou seja, o *capital*, em prol da hegemonia ético-política, embalada como “tecnicista” para encobrir a ideologia implicada no dispositivo. Em *A Ciência do Comum* (2014), Sodré retoma a distinção entre *mediatização* e *mediação*, um conceito hegeliano.

Para Hegel, que rejeita a hipótese de um conhecimento intuitivo ou imediato, a *mediação* (Vermittlung) é o ato originário de qualquer cognição, porque o ser é necessariamente mediado. O que ele chama de “homem real e verdadeiro” resulta de sua interação com os outros, logo, a ideia que faz de si mesmo (o seu Eu) depende da *mediação* que exprime o reconhecimento do outro (Sodré 2014, p.107).

O autor coloca a *mediação* como uma articulação entre dois elementos, como na noção de *gatekeeper* dos estudos de recepção latino-americanos. Para Sodré (2014, p.108), esses estudos têm como pressuposto a separação entre a produção e o consumo de mensagens, o que enseja a ideia de um intermediário conciliatório, a exemplo das “*mediações socioculturais*”. Tal separação entre os dois elementos desaparece no conceito de *mediatização*, “que descreve o funcionamento articulado das tradicionais instituições sociais dos indivíduos com a mídia” (Sodré 2014, p.108).

Uma comparação simplificadora: na *mediação*, uma imagem é algo que se interpõe entre o indivíduo e o mundo para construir o conhecimento; na *mediatização*, desaparece ontologia substancialista dessa correlação, e o indivíduo (ou o mundo) é

descrito, ele próprio, como imagem gerida por um código tecnológico (Sodré 2014, p.108).

Portanto, em Sodré (2014), temos que a midiaticização é “uma elaboração conceitual para dar conta de uma nova instância de orientação da realidade capaz de permear as relações sociais por meio da mídia” (p.108), o que ele dá o nome de “bios midiático”, ou seja, “uma forma virtual ou simulativa de vida” (Idem). Na definição de Sodré, a vida cotidiana está irreversivelmente midiaticizada, ao menos nos grandes centros urbanos, entre a população com mínimas condições materiais.

Para Patrícia Saldanha (2022, p.83), as facilidades que a tecnologia trouxe para o dia-a-dia, por um lado, permitem “mediar tecnicamente as operações diárias da vida da população que pode, enquanto se desloca de um lugar para outro, efetuar seus pagamentos, realizar compras, assistir aulas e filmes ou conversar com amigos e familiares”. Por outro lado, é importante se atentar à estratégia política de dominação econômica e social mediada pelos algoritmos, incluindo a transmissão de valores éticos e posições “ligadas à ciência, à religião, à política, ao direito, à comunicação, à cultura, à saúde e às questões ambientais, humanitárias, sociais, entre tantas outras” (Saldanha 2022, p.86).

Concomitantemente a este movimento, crescem os aportes bilionários em técnicas de captura e armazenamento dessas mesmas produções cognitivas que se espraiam em formato de vídeos, memes, podcasts, fotografias, ilustrações, stickers, posts, etc. nos ambientes cotidianos, via dispositivos informáticos, reforçando a ideologia do pensamento matricial que reconhece no sistema capitalista a base legitimadora dos modos de ser, pensar, agir, fazer escolhas ligadas ao consumo trivial, na mesma medida em que operam na tomada de decisões que podem alterar ou reforçar um cenário político (Saldanha 2022, pp. 86 e 87).

Relembrando Sodré, a autora destaca que a complexidade do campo comunicacional ocorre nos níveis vinculativo, relacional e crítico-cognitivo. É nesse último que deve operar a comunicação pública, para possibilitar a suspensão da cotidianidade. Ao mesmo tempo sem se afastar do “real da vida vivida”, superando a superficialidade de memes e vídeos que circulam com gestão das plataformas digitais, e ingressando na fissura que “pode despertar sentimentos de indignação, questionamentos ou dúvidas corriqueiras capazes de provocar uma ruptura com o processo de midiaticização que circula o Comum fabricado (...)” (Saldanha 2022, p.88).

O desafio no Brasil é fazer a comunicação pública alcançar o nível da vinculação com a sociedade. Para tanto, é necessário repensar todo o processo midiático e de midiaticização que ela envolve, desde a base fundacional do ambiente comunicacional do país, que tem centralidade histórica na comunicação comercial. E, por outro lado, a comunicação de governo tenta se apropriar da comunicação pública, em desrespeito ao artigo 223 da Constituição Federal, que prevê o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

Assim, trabalhamos a midiaticização no sentido da vinculação social e da perspectiva crítica afetadas pelos conteúdos em circulação, capilarizados pelo formato digital e pelos dispositivos móveis, tal como proposta por Jairo Ferreira (2022, p.272).

Na perspectiva epistemológica do sul global, sistematizada por ele, temos três entendimentos para a midiaticização. Na primeira, o processo é visto como uma construção social, na qual os meios estão entrelaçados com a atividade humana e a comunicação funciona como uma ferramenta para unir as pessoas. Na midiaticização como ambiente e ambiência, o conjunto de meios de comunicação acessíveis e o papel que eles desempenham na moldagem do mundo social mudam com o tempo. Já na midiaticização entendida como desconstrução, ocorre a virtualização, desinstitucionalização e a desrealização, que “se manifesta na ruptura com os pactos éticos, normativos e deontológicos da vida social”.

Nesse contexto complexo de midiaticização, como a comunicação pública pode ser inserida na vida cotidiana para contribuir, conforme previsto em lei, para fomentar o pensamento crítico no humano-ordinário? Levando-se em conta que esse setor midiático, que integra o tripé de ambientes democráticos comunicacionais, deve, por princípio, ser independente tanto do capital como do governo, cabe à sociedade se apropriar desses meios, mesmo que simbolicamente, para fazê-los servir aos próprios interesses. Buscando, assim, a conscientização que levaria à suspensão da cotidianidade. No Brasil, o caminho ainda é longo, diante das mudanças bruscas que ocorrem na EBC a cada troca de governo.

TÁTICA E PRÁTICA

Enquanto a estratégia para a comunicação pública e a EBC muda conforme o poder vigente, vimos períodos de fortalecimento do sistema e outros de total desmonte e apropriação para propaganda política e promoção pessoal. A Empresa Brasil de Comunicação foi criada em 2007, a partir da herança de estruturas estatais históricas, cada qual com seus princípios e diretrizes, como a Rádio Nacional, nascida uma rádio comercial; a Rádio MEC, a primeira rádio pública do país; a TVE, criada com finalidades educativas; e a Agência Nacional, atualizada em 1990 como Agência Brasil, que servia à comunicação de governo. A EBC foi fortalecida enquanto estratégia de comunicação pública até 2015 (Nitahara e Luz 2021). Mas, a partir do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, o projeto público ruiu como o próprio país, servindo aos interesses pessoais dos governantes que a sucederam.

Primeiro Michel Temer, que fez o desmonte legal da participação social que existia, com o Conselho Curador formado por representantes da sociedade civil que tentava abarcar a diversidade brasileira; bem como da pouca autonomia que seria garantida pelo mandado do diretor-presidente da empresa. Depois, com Jair Bolsonaro, a partir de 2019, que aprofundou o desmonte físico, de pessoal e editorial dos veículos e agências da EBC, impondo censura e governismo exacerbado no jornalismo da empresa e nos programas das grades da TV Brasil e das rádios Nacional e MEC,

incluindo a fusão das grades da TV pública com a governamental TV NBR, que foi extinta, dando lugar à TV Brasil 2 (Nitahara e Luz 2021a).

Como tática para manter viva a chama da comunicação pública nesse período, trabalhadores e trabalhadoras da EBC, junto com pesquisadores, sociedade civil, sindicatos, jornalistas e organizações de defesa da democratização da comunicação lançaram, ainda em 2016, a campanha #FicaEBC e a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública. Desde então, a Frente se mantém atuante com denúncias, organização de eventos e estudos sobre a EBC. Foram produzidos quatro dossiês de censura e governismo desde 2018 e lançada a Ouvidoria Cidadã da EBC, em dezembro de 2020, com o objetivo de resgatar a participação social extirpada da empresa (Nitahara 2022).

Na condição de trabalhadoras e trabalhadores da EBC, jornalistas e radialistas atuaram nas brechas para emplacar nos veículos públicos pautas de interesse da comunicação pública nesse período. Citamos, por exemplo, boas coberturas feitas pela Agência Brasil em casos específicos, como os 30 anos do massacre do Carandiru¹ e a leitura da Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito², bem como episódios destacados do programa Caminhos da Reportagem, da TV Brasil³. A Ouvidoria Cidadã da EBC fez análises contextualizada desses e outros momentos de bons conteúdos produzidos pela EBC no período de forte censura, com explicação da dificuldade de se publicar determinados temas nos veículos públicos.

Mas, por exemplo, a questão indígena foi uma que não logrou ter espaço. Nesse caso, o que a mobilização conseguiu foram espaços de denúncia sobre a falta de cobertura. As dificuldades encontradas pelos trabalhadores foram relatadas no 4º Dossiê de Censura e Governismo da EBC, produzido pelos empregados.

Há pouco exercício mental em torno das pautas, sobre o que é noticiável ou não. As reuniões de pautas seguem suspensas, de modo que os repórteres, figuras centrais no jornalismo, continuam excluídos do processo decisório. Essa é das provas mais irrefutáveis do clima de controle que se transfundiu na EBC. Muitos dos jornalistas da empresa têm sido colocados na geladeira, retirados de funções como a pauta, a edição e a reportagem. Isso se reflete na quantidade de registros de censura e governismo, uma vez que várias dessas figuras são, não por pura coincidência, aquelas que mais sugerem pautas consideradas “problemáticas” pela direção da empresa e chefias intermediárias (gerentes e coordenadores) (Dossiê 2022).

Com a volta de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência do Brasil em 2023, a mudança de direcionamento editorial na EBC é nítida, incluindo a questão indígena. Se em 2015 a Agência Brasil ofereceu ampla cobertura dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas,

¹ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-09/massacre-do-carandiru-completa-30-anos> e <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-09/lembro-ate-hoje-do-cheiro-de-creolina-misturado-com-sangue>. Acesso em 14/11/2023.

² Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-08/sp-ato-pela-democracia-reune-intelectuais-empresarios-e-politicos>. Acesso em 14/11/2023.

³ Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/caminhosdareportagem>. Acesso em 14/11/2023.

ocorrido em Palmas (TO) (Nitahara e Luz, 2021b), os povos originários praticamente desapareceram da pauta nos anos que se seguiram, chegando a ser objeto de nota de repúdio da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib)⁴ em 2020. A Apib foi criada em 2005 no Acampamento Terra Livre (ATL), a mobilização nacional indígena anual, iniciada em 2004, com o objetivo de dar visibilidade às questões dos direitos indígenas e reivindicar do Estado Brasileiro o atendimento das suas demandas e reivindicações.

A própria Apib denuncia que, durante o governo Bolsonaro, a presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) trabalhou para retardar a garantia de direitos dessas populações vulnerabilizadas.

Durante os anos de 2019 a 2021, período de mandato de Jair Bolsonaro na presidência do país e de Marcelo Xavier na presidência da Funai, nenhuma terra indígena foi identificada, declarada ou homologada. A gestão da 'nova Funai' de Marcelo Xavier passou a retardar processos de demarcação de Terras Indígenas que já estavam em andamento. Em atuação articulada com o Ministério da Justiça e da Segurança Pública, pelo menos 27 processos de demarcação que já estavam em seus trâmites finais foram devolvidos pela pasta à autarquia para uma nova análise⁵.

Em janeiro de 2023, com as denúncias do genocídio do povo Yanomami que chegaram ao novo governo e ao recém-criado Ministério dos Povos Indígenas, a Agência Brasil foi *in-loco* verificar e reportar a situação da crise humanitária, reavivando a pauta da comunicação pública.

COBERTURA INDÍGENA

Para exemplificar a comunicação contra-hegemônica produzida pela Agência Brasil (ABr), numa forma de enfrentamento das guerras culturais impostas pelos veículos comerciais e, em boa medida, também pelo governo brasileiro, analisamos a cobertura de dois eventos indígenas, em dois momentos históricos distintos. O primeiro foi os I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (JMPI), em 2015, e o segundo se refere à crise humanitária vivida pelo povo Yanomami tornada pública em janeiro de 2023.

O levantamento das reportagens e fotografias produzidos pela ABr foi feita pelo sistema de buscas do próprio site, usando o termo "Jogos Mundiais dos Povos Indígenas" e com recorte temporal entre junho e dezembro de 2015, no primeiro caso. A análise detalhada está em Nitahara e Luz (2021b). Para as reportagens do segundo período analisado, o termo utilizado na busca foi "Yanomami" e o recorte temporal entre janeiro e fevereiro de 2023. Com isso, obtivemos os dados quantitativos e, a partir deles, fizemos uma análise amostral dos conteúdos, com destaque para a republicação de fotografias da ABr por outros veículos da imprensa nacional.

⁴ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/15/indigenas-denunciam-censura-no-jornalismo-da-ebc-durante-a-pandemia>. Acesso em 30/04/2023.

⁵ Disponível em: <https://apiboficial.org/foraxavier/>. Acesso em 14/11/2023

Os Primeiros Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (JMPI) foram realizados na cidade de Palmas, de 22 a 31 de outubro de 2015, reunindo cerca de 2.200 atletas indígenas. Entre eles, 1.500 de 24 etnias brasileiras e 700 de etnias de outros 23 países. Os objetivos dos JMPI foram celebrar os povos indígenas, proporcionar renovação cultural e fortalecimento da autoestima e da identidade étnica, além de funcionar como espaço de articulação política e confraternização das etnias. O evento teve disputa das modalidades tiro com arco, arremesso de dardos, tiro de corda, corrida de troncos, corrida de resistência, corrida de velocidade, futebol, lutas corporais, natação e canoagem, além de demonstrações de jogos tradicionais de algumas etnias.

A cobertura da Agência Brasil começou em junho daquele ano, na cerimônia de lançamento do evento, com a presença da presidenta Dilma Rousseff e de representantes da Organização das Nações Unidas, uma das promotoras dos Jogos. O levantamento feito pela busca do site de notícias apontou um total de 64 textos, incluindo quatro em espanhol e cinco em inglês, além de 798 imagens (Nitahara e Luz, 2021b).

Figura1. Mulheres da etnia Gavião na corrida de toras (Marcelo Camargo/Agência Brasil).



A ampla cobertura do evento, com perspectivas diferenciadas e não estereotipadas, demonstrou a importância da comunicação pública para dar visibilidade à questão indígena, tendo em vista que o evento não ganhou cobertura dos veículos comerciais (Nitahara e Luz, 2021b).

A perspectiva da Sociologia Política do Esporte abordada por Altuve (2020) - inclusiva e abrangente - nos mostra que os JMPI foram, sem dúvida, um fenômeno socio-histórico no qual os povos indígenas se apropriaram de uma tradição “civilizada” de competições esportivas para demonstrar seus próprios interesses. Os Jogos Mundiais dos

Povos Indígenas estabeleceram rara presença política e cultural de um segmento da população que aparece primordialmente nas pautas dos veículos hegemônicos em situações de jugo e disputa nas relações vigentes de dominação a que são submetidos pela sociedade capitalista (Nitahara e Luz, 2021b).

A importância da comunicação pública para esse tipo de cobertura também foi apontada, na busca pelos II JMPI, ocorrido no Canadá em 2017.

O detalhamento e o espaço dado ao evento evidenciam a importância da comunicação pública na cobertura de questões relacionadas aos povos indígenas. Encontramos pouco material disponível online sobre o II JMPI, ou WIN Games, entre eles vídeos e textos publicados na CBC (*Canadian Broadcasting Corporation*), emissora pública nacional do Canadá, e na APTN News221 (*Aboriginal Peoples Television Network*), uma emissora com contribuição governamental voltada para os povos indígenas do Canadá. Mesmo nos sites da ONU ou do PNUD não foram encontradas publicações sobre a segunda edição dos Jogos, ao contrário do destaque que o evento no Brasil teve, onde foram publicados um relatório final e um livro sobre o I JMPI. Nos Jogos de Palmas, encontramos um canal no YouTube com vídeos do evento, mas o II JMPI não recebeu tal ênfase (Nitahara e Luz, 2021b).

A partir do ano seguinte aos I JMPI, a Agência Brasil e a EBC, como o próprio país, passaram a sofrer um processo de desmonte e as pautas indígenas ficaram entre os temas alvo de censura dentro da empresa. Traremos agora dois exemplos do resultado da mobilização articulada pela Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, na forma de denúncias sobre a falta de cobertura da questão indígena.

Em 2020, no decorrer da pandemia de Covid-19, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) publicou nota, por meio do portal Brasil de Fato, em que explicita o desvirtuamento da missão da EBC. Na nota, a entidade afirma que “o governo federal tem atuado para que os veículos jornalísticos da EBC deixem de denunciar violações de direitos humanos e sequer garantam o contraditório”, preconizado pelas boas práticas jornalísticas.

Na EBC, sistematicamente, análises críticas, feitas por entidades importantes, como o Instituto Socioambiental (ISA), a própria Apib, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), além dos próprios indígenas, são censuradas das reportagens enviadas pelos profissionais às chefias (Apib, in Brasil de Fato 2020).

Em outra denúncia, publicada pela Ouvidoria Cidadã da EBC em outubro de 2022, é destacado o abandono de tais pautas pela Agência Brasil⁶, com a cobertura da questão indígena reduzida a registros baseados em publicações do Diário Oficial da União (DOU), como no envio de tropas da Força Nacional para territórios indígenas demarcados.

⁶ Disponível em <https://ouvidoriacidadadaebc.org/quantos-caracteres-os-povos-indigenas-mercem/>. Acesso em 30/04/2023.

O que se constata é uma forma de manipulação, que se dá pela incompletude de informações que contextualizariam a violência a que estão sujeitos povos indígenas de diversos cantos do país. Ao mesmo tempo que o veículo deixa de escutar lideranças indígenas e tocar pautas que realmente interessam aos povos indígenas, no que concerne à proteção de seus direitos, ressalta, de modo incansável, a permanência ou chegada de agentes de segurança, para sustentar o discurso de que o governo federal faz algo por essa parcela da população (Ouvidoria Cidadã da EBC 2022).

Tais relatos evidenciam uma tática da Frente em registrar a ausência desse tema, especificamente, na cobertura dos veículos e agências públicas da EBC. Já em 2023, após a posse do presidente Lula e as mudanças implementadas pelo novo governo na EBC, verificamos a intensa cobertura da crise humanitária vivida pelo povo Yanomami nos últimos anos, mas que só com a nova gestão federal foi foco da grande mídia e dos veículos da EBC. A primeira informação que chegou à mídia foi a de que, em quatro anos, 570 bebês e crianças com menos de 5 anos morreram por causas evitáveis, como desnutrição severa, malária e diarreia.

As denúncias não deixaram de ser feitas na gestão Bolsonaro, mas elas foram encobertas pelo governo, que, ao que parece, incentivou o genocídio dos Yanomami com o estímulo da invasão da Terra Indígena por garimpeiros. O Instituto Socioambiental (ISA), organização da sociedade civil fundada em 1994 que trata de “questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos”⁷, publicou, em 2021, uma denúncia sobre o avanço do garimpo ilegal na região⁸ (Yanomami e Ye'kwana 2021).

O resultado é observado dentro de um contexto de perda de capacidade dos órgãos públicos de realizar a proteção territorial da terra indígena Yanomami, com perda de infraestrutura instalada com o fechamento das BAPes a partir de 2015, e a menor frequência e alcance de operações de fiscalização. As políticas de proteção territorial, até então, funcionavam como um inibidor do garimpo na TIY ao impedir sua expansão e complexificação e sinalizar que se trata de atividade ilegal que será efetivamente combatida. Com o afrouxamento dos mecanismos de proteção territorial, portanto, abriu-se o caminho para a intensificação da atividade garimpeira, estimulada pelo discurso oficial de apoio à atividade e a consequente expectativa de não impedimento e eventual legalização (Yanomami e Ye'kwana 2021).

Na busca do site da Agência Brasil pelo termo Yanomami, restringindo o período aos meses de janeiro e fevereiro de 2023, são encontradas 204 reportagens em texto. A primeira data do dia 18 de janeiro, “Ministério inicia diagnóstico sobre saúde Yanomami”⁹, e a segunda, do dia 20 de janeiro, traz a posição do presidente: “Lula vai

⁷ Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/node>. Acesso em 14/11/2023.

⁸ Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/cicatrizes-na-floresta-evolucao-do-garimpo-ilegal-na-ti-yanomami-em-2020>. Acesso em 14/11/2023.

⁹ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-01/ministerio-inicia-diagnostico-sobre-saude-yanomami>. Acesso em 30/04/2023.

a Roraima ver situação dos Yanomami”¹⁰. Ambas baseadas no ponto de vista do governo e escritas a partir de Brasília, cidade onde fica a sede da EBC.

A cobertura nos dias subsequentes continua a partir de Brasília, com bastante ênfase nas ações governamentais e da justiça, além de contribuições de São Paulo e Rio de Janeiro com atividades da sociedade civil em prol dos Yanomami. Se destacam nesse período os textos declaratórios de autoridades, como em “MPF diz que situação dos yanomami foi causada por omissão do Estado”¹¹ e “Já havia indícios da gravidade da situação dos yanomami, diz ministra”¹². Também aparecem os primeiros textos traduzidos para inglês e espanhol. Entre os 204 textos publicados no período pesquisado, foram encontrados 40 em inglês e 39 em espanhol, o que contribui com a relevância da Agência Brasil para a cobertura de temas de interesse internacional, como é o caso da questão indígena, em especial na Amazônia.

A primeira matéria escrita a partir de Boa Vista data do dia 1º de fevereiro, “Hospital de campanha já fez mais de 300 atendimentos aos yanomami”¹³, quando começam a ser publicadas reportagens que saem do âmbito das autoridades federais e organizações com atuação nacional e trazem o foco local. Como em “Práticas culturais são usadas em tratamento de saúde dos yanomami”¹⁴. Percebe-se como a cobertura *in loco*, com repórter e fotógrafo, enriquece o material fornecido pela agência pública de notícias, trazendo as narrativas inclusive do ponto de vista dos próprios Yanomami, como em “Indígenas denunciam assassinato de três yanomami em Roraima”¹⁵ e “Grupo yanomami vive às margens da BR-174 em Boa Vista”¹⁶.

A pesquisa no site pela cobertura fotográfica feita pelas equipes da Agência Brasil em Roraima, no período analisado, retornou 359 resultados. Com distribuição gratuita de fotografias e textos, encontramos conteúdos produzidos pela agência de notícias da EBC inclusive em capas de jornais da mídia comercial, conforme exemplos a seguir.

¹⁰ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-01/lula-vai-roraima-ver-situacao-dos-yanomami>. Acesso em 30/04/2023.

¹¹ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-01/mpf-diz-que-situacao-dos-yanomami-foi-causada-por-omissao-do-estado>. Acesso em 30/04/2023.

¹² Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-01/ja-havia-indicios-da-gravidade-da-situacao-dos-yanomami-diz-ministra>. Acesso em 30/04/2023.

¹³ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/rr-hospital-de-campanha-ja-fez-mais-de-300-atendimentos-aos-yanomami>. Acesso em 30/04/2023.

¹⁴ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-02/praticas-culturais-sao-usadas-em-tratamento-de-saude-dos-yanomami>. Acesso em 30/04/2023.

¹⁵ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-02/indigenas-denunciam-assassinato-de-tres-yanomami-em-roraima>. Acesso em 30/04/2023.

¹⁶ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/grupo-yanomami-vive-margens-da-br-174-em-boa-vista>. Acesso em 30/04/2023.

Figura 2. Lançamento aéreo de suprimentos de ajuda humanitária às aldeias indígenas Yanomami na região do Surucucu, na Terra Indígena Yanomami, Oeste de Roraima, a partir de paraquedas do cargueiro KC-390 da Força Aérea Brasileira (Fernando Frazão/Agência Brasil).



Figura 3. Capa do jornal O Globo do dia 4 de fevereiro de 2023 utiliza fotografia de Fernando Frazão/Agência Brasil.

Mundial: Flamengo chega ao Marrocos e conhece hoje seu adversário na semi PÁGINA 28

Roupa nova. Filipe Luis e Matheuzinho no desembarque

O GLOBO

RIO DE JANEIRO, SÁBADO, 4 DE FEVEREIRO DE 2023 ANO XLVIII - Nº 32.688 • PREÇO DESTA EXEMPLAR NO RJ • R\$5,00

TRIBUNAL DA RECEITA

Governo cede para aprovar primeira proposta de Haddad

Temendo derrota no Congresso, Fazenda negocia flexibilizar MP que muda regras de votações no Carf PÁGINA 11

Ainda incerto de qual será o tamanho de sua base aliada, o governo negocia suavizar a medida provisória que trata dos julgamentos no Carf, o tribunal da Receita que analisa recursos contra cobranças de dívidas com o Fisco. A pauta é a primeira votação econômica importante do governo Lula no Congresso. Pela MP, em casos de empate no Carf, a vitória na causa passou a ser da União, e não do contribuinte, como antes. O Congresso resistiu, e agora o governo acena com a oferta de perdão de multas e juros para quem pagar a dívida em 90 dias. PÁGINA 11

CAPITAL

Como pensava o CEO que mudou o mundo corporativo nos EUA

JOSÉ EDUARDO AGUIALUSA
O avassalador fenômeno do taxismo radical SEGUNDO CADENHO

Deputados articulam reduzir poder de agências reguladoras

Uma emenda incluída na MP que trata da reestruturação do governo retira autonomia das agências. Especialistas criticam. PÁGINA 11

‘Tabajara’: Moraes manda investigar senador Do Val

O ministro do STF Alexandre de Moraes chamou de “operação Tabajara” a investigação golpista contra ele denunciada pelo senador Marcos Do Val. Diante de versões conflitantes dadas pelo senador, o ministro abriu investigação para apurar se ele deu falso testemunho. PÁGINA 4

ENTREVISTA COM O ROBÔ/CHAT GPT

‘Não sou capaz de ter senso de realidade’

Em “conversa” com O GLOBO, sistema de inteligência artificial que virou celebridade reconhece não ter consciência, além de ser incapaz de entender contexto ou consequências da sua produção, muitas vezes imprecisa. “Fui treinado com informação que pode ser falsa”, diz. PÁGINA 13

Peso do garimpo em Roraima dificulta seu combate

Exatidão ilegal de ouro, causa da crise humanitária dos ianomâmis, é a única fonte de renda para milhares de pessoas na região e complica a tarefa do governo para acabar com a prática. Na foto, avião da FAB lança suprimentos sobre aldeias indígenas. PÁGINA 9



EUA acusam China de usar balão para espionagem

Um balão chinês que sobreviveu ao território americano abriu uma crise entre as duas potências. O Pentágono acusou a China de fazer “coleta de informações”, e o secretário de Estado, Antony Blinken, cancelou viagem a Pequim. Os chineses dizem que o aparelho tem “fins científicos” e que sua entrada no país foi “acidental”. PÁGINA 17

TERAPIA EM ALTA

Importação de cannabis medicinal dispara no país

Autorizações para adquirir o produto chegaram ao recorde de quase 80 mil em 2022, o dobro do ano anterior. Porém, legislação ambígua e estigma em torno da terapia ainda travam maior acesso. PÁGINA 29

CLÁSSICO LUSITANO

Libertino e libertário

Antologia e erótica de Bocage mostra que poeta tinha projeto iluminista e deu voz às mulheres. SEGUNDO CADENHO

OBITUÁRIO/JOSÉ LUIZ DE MAGALHÃES LINS

O banqueiro fundamental para a cultura

Executivo que popularizou o Banco Nacional, alcançando-o à segunda maior instituição financeira do país, José Luiz de Magalhães Lins foi decisivo para o florescimento do Cinema Novo ao financiar filmes que se tornaram clássicos. Apoiou ainda artes plásticas e literatura. O reservado banqueiro morreu ontem, aos 93 anos. PÁGINA 16



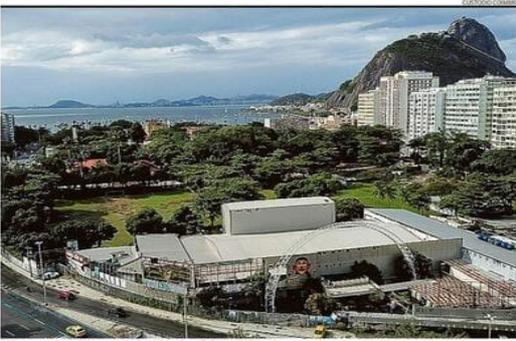
OBITUÁRIO/PACCO RABANNE

Estilista que revolucionou a alta-costura com plástico e metais

SEGUNDO CADENHO

‘Arena Canecão’, da MPB à ópera

Nova casa de shows, com 3 mil lugares, será erguida onde hoje há um campo de futebol da UFRJ, ao lado da que está inativa há 12 anos. Conheça detalhes do projeto vencedor do leilão. PÁGINA 21



Blocos levarão 600 mil às ruas; ferramenta do GLOBO indica o desfile com o seu perfil

Puxado pelo Bloco da Lexa, carnaval de rua deve arrastar multidão no fim de semana no Rio. Plataforma on-line reúne dados dos desfiles e ajuda a escolher onde pular a folia. PÁGINA 22

ANCELMO GOIS

O carnaval de uma rainha ‘madura’

Aos 43 anos, a atriz Deborah Secco comemora sua escolha como rainha do camarote Quem O GLOBO 2023. “As mulheres maduras são potências. Fico emocionada com o reconhecimento”, diz ela. PÁGINA 25



Figura 4. Mulher indígena com bebê em frente ao Hospital de Campanha Yanomami montado na Casa de Saúde Indígena - Casai (Rovena Rosa/Agência Brasil).



Figura 5. Captura de tela do site Exame17 com reportagem publicada no dia 8 de abril de 2023 que utiliza fotografia de Rovena Rosa/Agência Brasil.



¹⁷ Disponível em: <https://exame.com/brasil/governo-libera-r-640-milhoes-para-indigenas/>. Acesso em 30/04/23

No mundo midiaticizado, as imagens produzidas pela comunicação pública também compõem o ecossistema imagético que engloba o cotidiano. Apesar de se verificar nessa cobertura os princípios que norteiam a comunicação pública do Brasil, ao mesmo tempo o tema tem aderência com as bases do governo petista, que criou, pela primeira vez no país, um Ministério dos Povos Indígenas, chefiado por uma mulher indígena, Sônia Guajajara, também a primeira indígena a chefiar um ministério. Portanto, também aqui verificamos os interesses do governo do momento refletidos na cobertura da Agência Brasil.

Com essa cobertura intensa e *in loco*, a Agência Brasil retomou seu papel de comunicação pública, conforme previsto na lei 11.652, de, por exemplo, ser complementar ao sistema privado e promover o acesso à informação com pluralidade de fontes. Dando espaço de fala aos próprios indígenas, encontramos as ideias de Freire de que liberdade, consciência, comunicação, educação e cultura são intimamente ligadas. Oferecendo a oportunidade para que essa população se comunique com o mundo, passando seus valores e culturas por meio da comunicação pública e se humanizando com a garantia do direito fundamental à comunicação.

Retomando Sodré, entendemos que, nesse caso, a Agência Brasil exerceu primordialmente o papel de media o, levando as informa es transmitidas pelo povo Yanomami para o grande público. Porém, se considerarmos o amplo alcance por meio das republica es de conteúdos e no ambiente midiaticizado das redes sociais, no qual a ABr também está presente, encontramos a agência no espaço simulativo do bios midiático. Portanto, incluída na midiaticiza o irreversível da vida cotidiana, apesar de não ser beneficiada pela media o algorítmica, que, como ressalta Saldanha, tente a replicar a lógica matricial do sistema capitalista.

CONCLUSÕES

Analisamos neste trabalho conceitos apresentados nos estudos de m dia, midiaticiza o e de cotidiano, articulando com as no es e exemplos da comunica o pública para mostrar como este campo do ecossistema midiático pode contribuir para ampliar no indivíduo a visão crítica necessária para suspender o cotidiano alienado da sociedade capitalista.

A m dia comercial reverbera e consolida o senso comum burguês e da ideologia dominante, contribuindo para tornar o cotidiano alienado da luta de classes, com a fetichiza o de conteúdos informativos e culturais na sociedade de consumo. Já em 1977, Sodré falava que a imprensa e a m dia comerciais são instrumentos do poder gerado pela ordem produtiva, integrando o sistema das trocas econ micas que favorecem o acúmulo de capital. No caso da comunica o, os sistemas comerciais são sustentados por anúncios publicitários, ou seja, respondem diretamente ao interesse do capital. Dessa forma, a classe que dispõe dos meios de produ o material também controla a produ o espiritual.

Portanto, para se tornar o ser consciente e livre do qual fala Freire (e Marx), é necessário desenvolver a consciência de forma coletiva, dentro do processo contemplativo da vida real dos indivíduos sociais concretos e históricos. Formando, assim, no cotidiano, as representações sociais e dos indivíduos, incluindo o mundo das ideias. Caso contrário, com o imediatismo e a atmosfera “natural” do cotidiano, a consciência se reifica e a acomodação suplanta a assimilação, tornando as relações sociais coisificadas.

Para se contrapor ao mundo manipulado, muito em função das mediações midiáticas e da midiatização profunda pela qual passamos, é necessário um movimento consciente para que seja adotada a moral crítica para humanizar a humanidade, tal como aqui apresentado a partir da obra de Freire. Seja naturalizando em locais de visibilidade o que é apresentado apenas como espetáculo em efemérides ou contextualizando adequadamente um fenômeno espetacular oferecido em meio à midiatização cotidiana, a comunicação pública se apresenta como um caminho para sair da alienação e atingir o humano-genérico do qual fala Agnes Heller.

Citando o prefácio do professor Ernani Maria Fiori para o livro *A Pedagogia do Oprimido* (2019), a condição de liberdade alcançada por uma análise crítica do cotidiano foi resumida por uma mulher simples do povo, num círculo de cultura: “Gosto de discutir sobre isto porque vivo assim. Enquanto vivo, porém, não vejo. Agora sim, observo como vivo”. Tanto uma educação para se livrar das opressões, ou ao menos tomar consciência delas, como uma comunicação pública consistente e voltada para os interesses da sociedade na qual está inserida têm a capacidade de proporcionar tal visão desalienante.

No caso da temática indígena aqui apresentada, tanto a cobertura de 2015 como a de 2023 feitas pela Agência Brasil passaram longe da midiatização do “selvagem” como espetáculo “exótico” ou simples oprimido pelo *status quo*, mostrando de forma respeitosa tanto cultura como costumes e necessidades específicas dos povos originários do Brasil. Dessa forma, a comunicação pública cumpre o papel de fomentar o pensamento crítico na sociedade para contribuir com a suspensão do cotidiano alienado. Por mais que a temática Yanomami possa parecer distante do brasileiro humano ordinário, chegando ao ponto de ter havido a circulação de *fake News* de que se tratava de cidadãos venezuelanos fugindo da opressão do regime bolivariano, ao tratar do tema com cobertura *in loco*, a comunicação pública contribui para o esclarecimento de quem buscar informações a respeito.

REFERÊNCIAS

BRAGA, José Luiz, 2012. Parte 1 - *Mediação & midiatização: conexões epistemológicas - Circuitos versus campos sociais*. In: MATTOS, MA., JANOTTI JUNIOR, J., and JACKS, N., orgs. *Mediação & midiatização* [online]. Salvador, BA: EDUFBA, pp. 29-52.

BRASIL, 2008. *Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008*. Brasília: Casa Civil.

BRASIL DE FATO, 2020. *Indígenas denunciam censura no jornalismo da EBC durante a pandemia*. Brasil de Fato [on-line]. São Paulo, 15 jul. 2020. [Acesso em 30 abr. 2023]. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/15/indigenas-denunciam-censura-no-jornalismo-da-ebc-durante-a-pandemia>.

CERTEAU, Michel de, 2014. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 21ª edição. Petrópolis: Vozes.

DOSSIÊ Censura EBC 4ª edição. Comissão de Empregados da EBC. Sindicatos dos Jornalistas DF, Rio e SP; Sindicatos dos Radialistas DF, RJ e SP; Federação Nacional dos Jornalistas: out. 2022. [On-line]. Acesso em: 31 out. 2023. Disponível em: <https://ouvidoriacidadaebc.org/dossie-de-censura-e-governismo-na-ebc-trabalhadores-denunciam-pratica-sistemica-em-todos-os-veiculos/>

FERREIRA, Jairo, 2022. *Epistemologias da Midiatização: Hipóteses no nível da macroanálise*. Em: FELIX, Carla Baiense; BEDRAN, Laura; SALDANHA, Patrícia. *Mídia e midiatização do cotidiano*. Rio de Janeiro: Garamond.

FREIRE, Paulo, 2011. *A pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. E-book Kindle.

FREIRE, Paulo, 2019. *A pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. E-book Kindle.

FREIRE, Paulo, 2021. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo, 2022. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HELLER, Agnes, 2021. *O cotidiano e a história*. 12a ed. São Paulo / Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HUNTER, James Davison, 2022. *A guerra cultural contínua*. [On-line]. Pol. Cult. Rev., Salvador, v. 15, n. 1, p. 22-62, jan./jun. 2022. [Acesso em 14 nov. 2023]. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/48385/27344>.

LIMA, Venício A. de, 2021. *Paulo Freire: A prática da liberdade, para além da alfabetização*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

MARTÍN-BARBERO, Jesús, 2009. *Uma aventura epistemológica*. Entrevistador: Maria Immacolata Vassallo de Lopes. Matrizes, São Paulo, SP, v. 2, n. 2, p. 143-162, jul./dez.

NITAHARA, Akemi; LUZ, Cristina Rego Monteiro da, 2020. *A EBC e a Comunicação Pública no Brasil*. [On-line] LIINC EM REVISTA, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, e 5130, maio 2020. [Acesso em 30 abr. 2023]. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/5130>.

NITAHARA, Akemi; LUZ, Cristina Rego Monteiro da, 2021a. *O Desmonte da Participação Social na EBC*. [On-line]. REVISTA EPTIC, v. 13, n. 2 p. 22. [Acesso em 30 abr. 2023]. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/13770>.

NITAHARA, Akemi; LUZ, Cristina Rego Monteiro da, 2021b. *A cobertura da Agência Brasil nos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas 2015*. [On-line]. In Anais da XX Conferência brasileira de folkcomunicação: narrativas, ritos, saberes e interculturalidade / Organização: Protásio César dos Santos [et al] — São Luís:

EDUFMA. [Acesso em 30 abr. 2023] Disponível em:
<https://ebook.shcomunicacao.com.br/2022/01/04/folkcomunicacao-narrativas-ritos-saberes-e-interculturalidade/>.

NITAHARA, Akemi, 2022. *A ouvidoria cidadã da EBC e a retomada da participação social na empresa pública*. in MEDEIROS, Magno; MAINIERI, Tiago. *Comunicação pública e cidadania: experiências e práticas inovadoras* [Ebook]. [On-line]. Volume 2. Goiânia: Cegraf UFG. [Acesso em 30 abr. 2023]. Disponível em:
https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/76/o/comunicacao_publica_e_cidadania_v_2.pdf.

OUVIDORIA CIDADÃ DA EBC, 2022. *Quantos caracteres os povos indígenas merecem?* Ouvidoria Cidadã da EBC. Brasil, 11 de outubro de 2022 [on-line]. [Acesso em 30 abr. 2023]. Disponível em <https://ouvidoriacidadaebc.org/quantos-caracteres-os-povos-indigenas-merecem/>.

SALDANHA, Patrícia G, 2022. *Midiatização Latina: uma perspectiva crítica sobre os impactos sociais da comunicação digital no cenário popular, comunitário e cidadão*. Em: PERUZZO, C. et al. *Reivindicar el cambio: comunicación popular, comunitaria y ciudadanía en América Latina*. 1a ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Huvaití Ediciones.

SODRÉ, Muniz 1977. *O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes

SODRÉ, Muniz 1977, 2002. *Antropológica do Espelho*. Petrópolis: Vozes.

SODRÉ, Muniz 1977, 2014. *A ciência do comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis, RJ: Vozes.

YANOMAMI, Hutukara Associação; YE'KWANA, Associação Wanasseduume, 2021. *Cicatrices na floresta: evolução do garimpo ilegal na TI Yanomami em 2020*. [On-line]. São Paulo: ISA. [Acesso em 14/11/2023]. Disponível em:
<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/cicatrices-na-floresta-evolucao-do-garimpo-ilegal-na-ti-yanomami-em-2020>.